

33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e quinze às oito horas e trinta minutos, no prédio Champagnat, sala de projeção número 35, 2º andar, sito à Avenida Champagnat nº 1808, Centro, teve início a trigésima terceira Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade, Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião dezoito (18) conselheiros sendo seis (06) do poder público e doze (12) da sociedade civil. Com os seguintes **Conselheiros titulares:** Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Sônia Regina Barbosa Quirino, Rutinéia Cristina Martins Silva, Geisla Fábila Pinto, Márcio Henrique Silva Nalini, Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, Leonel Aylon Cantano, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, José Augusto Continentino Jacintho, Josiane Aparecida Antunes de Campos e Andréia Maria Ribeiro Silva. **Conselheiros na titularidade:** Vilma Aparecida A. Faria Garcia e Érika Cristina de Paula Faria. **Conselheiros suplentes:** Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes e Juliana Bertazzi Passone. **Com a seguinte pauta:**

Assuntos: Apresentação de Relatório e Parecer sobre visitas de acompanhamento das seguintes entidades: 1) **Liga de Assistência Social e Educação Popular – LASEP** – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Modalidade Centro Dia de Idosos (Conselheiras Andréia Liporoni e Fernanda); 2) **Instituto José Edison de Paula Marques – IJEPAM** – Recanto Aconchego – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Modalidade Casas Lares (Conselheiras Jane e Dalva); 3) **Sociedade Espírita Legionárias do Bem – Recanto Esperança** – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Modalidade Abrigo Institucional (Conselheiras Érika e Rutinéia); 4) **Casa de Acolhida Filhos Prediletos** – Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias – Modalidade Abrigo Institucional (Conselheiras Rosângela e Tina); 5) **Associação Mão Amiga de Amparo Feminino – AMAFEM** – Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência (Conselheiros Clóves e Juliana); 6) **Fundação Espírita Judas Iscariotes** – Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência – Residência Inclusiva (Conselheiras Josiane e Sônia). **Ofício Circular nº 547/2015 – SEDAS** – Solicita indicação de 03 membros do Conselho Municipal de Assistência Social, da sociedade civil, para acompanhamento do processo de avaliação dos Planos de Trabalho – Chamamento Público. O presidente Márcio iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência dos seguintes conselheiros: Denizar, Victalina, Pe. Célio, Dalva e Celina. Na sequência exibiu a pauta da reunião, aprovada sem ressalvas. Dando início às apresentações as conselheiras Fernanda e Andréia relataram as suas observações na visita realizada à entidade **LASEP – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Modalidade Centro Dia de Idosos** e destacaram como pontos positivos: equipe de referência; grande procura pelo serviço; maior articulação com o CREAS no referenciamento do serviço; e contribuição direta na qualidade de vida do idoso, contemplando aumento da autoestima, autonomia e reconhecimento da condição do idoso no seio familiar. As fragilidades apresentadas foram: estrutura física do prédio passa por manutenções rotineiras; contrapartida da entidade para execução do serviço; fragilidade do trabalho com as famílias, incluindo dificuldade de adesão e

39 comprometimento. Fernanda destacou ainda que há uma inconsistência nos valores previstos e os de fato
40 gastos, nos cinco meses mencionados no Relatório de Atividades 2014. Em função disso, ela pediu
41 esclarecimentos para a coordenadora, que não estava presente no dia da visita, mas não obteve resposta. Para
42 sanar as dúvidas, o Conselho optou por elaborar um ofício pedindo esclarecimentos à entidade.
43 Posteriormente, a conselheira Jane falou sobre a visita realizada por ela e pela conselheira Dalva ao **IJEPAM**
44 **– Recanto Aconchego – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes –**
45 **Modalidade Casas Lares.** Inicialmente ela sugeriu que o Conselho pense numa estratégia para avaliar melhor
46 a aplicação dos recursos financeiros, considerando as dificuldades e limitações dos conselheiros para realizar
47 essa análise, sem a graduação necessária e tempo hábil. Ressaltou também que devido à falta de tempo, só foi
48 possível realizar a visita à administração da entidade, restando ainda a visita às casas lares. Destacou como
49 pontos positivos: a coordenadora geral do serviço é também a ordenadora dos recursos financeiros
50 acompanhada pelo Presidente; estrutura física da administração é ampla e aconchegante; supervisão técnica
51 para toda a equipe; grupos de estudos; proximidade de todos os profissionais com as crianças; atividades
52 constantes de promoção de autonomia das crianças; trabalho articulado com o CREAS com grupos de
53 famílias. Quanto às fragilidades citou o fato de que a capacidade está acima da prevista em razão de receberem
54 constantemente ordens judiciais para acolhimento de crianças, inclusive atualmente atendem 03 de outros
55 municípios. Para finalizar afirmou que realizarão em breve as visitas às casas lares. A terceira apresentação foi
56 feita pelas conselheiras Rutinéia e Erika junto à entidade **Sociedade Espírita Legionárias do Bem – Recanto**
57 **Esperança - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Modalidade Abrigo**
58 **Institucional.** Rutineia fez uma breve apresentação sobre o serviço e em seguida destacou como aspectos
59 positivos: atividades em consonância com os princípios da Política de Assistência Social; equipe de referência
60 em conformidade com orientações técnicas; ações permanentes e continuadas de acordo com o Plano de
61 Trabalho; infraestrutura respeitando condições de higiene, salubridade e segurança; os recursos humanos. A
62 conselheira explicou que a acessibilidade está em processo de adequação. Salientou que, além das normas
63 técnicas, considerou necessário visualizar também o bem estar das crianças, que na entidade essa questão é
64 evidente. Dando seguimento às apresentações, as conselheiras Tina e Rosangela foram responsáveis pela visita
65 à **Casa de Acolhida Filhos Prediletos - Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e suas**
66 **Famílias – Modalidade Abrigo Institucional.** Elas afirmaram que optaram por não emitir um parecer da
67 visita, diante da necessidade de solicitar o Relatório de Monitoramento e Acompanhamento dessa Instituição.
68 Alegaram que algumas situações verificadas e apontadas no relatório de visita, por ocasião da inscrição da
69 entidade, em março de 2014, ainda permanecem, tais como: precária condição de habitabilidade e higiene;
70 refeitório insuficiente para a demanda; acesso restrito e com horários predeterminados aos usuários da casa;
71 responsabilidade de limpeza, de roupas e do ambiente, dos usuários exclusivamente; acomodações
72 insuficientes, precárias e superlotadas; escoamento de água prejudicado; entre outros. Outra questão
73 preocupante refere-se a fato de que a entidade não possui alvará da Vigilância Sanitária e nem dos Bombeiros,
74 sendo que esse último apenas auxilia quando necessário. Ficou decidido então, pelo colegiado, que seria
75 enviado um ofício ao órgão gestor solicitando o parecer da Equipe de Monitoramento. Na sequência, os
76 conselheiros Clóves e Juliana apresentaram o relato sobre a visita à entidade **Associação Mão Amiga de**

77 **Amparo Feminino – AMAFEM – Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de**
78 **Violência Associação Mão Amiga de Amparo Feminino.** Como aspectos positivos foram apontados:
79 estrutura física adequada do imóvel; o serviço está adequado às normativas; articulação satisfatória com o
80 órgão gestor; efetividade da articulação com a rede local; equipe de referência fortalecida e integrada;
81 realização de estudos de casos; construção do PIA – Plano Individual de Atendimento. Como fragilidades:
82 acessibilidade, porém está em processo de adequação; dificuldade de capacitação especializada para o serviço;
83 não reajuste do piso há 02 anos; a fragilidade em relação ao sigilo do local junto à rede. Um dos conselheiros
84 questionou Juliana na observância da permanência em tempo integral da equipe mínima mesmo quando não
85 atingida a capacidade máxima da casa. Juliana explicou que a carga horária dos profissionais é fixa. Foi
86 questionada ainda sobre a coordenação ter horário fixo ou ser à distância. Então, a conselheira Fernanda, que é
87 a coordenadora do Serviço, explicou que a coordenação possui carga horária, salientando que esse profissional
88 ficou definido como a contrapartida da entidade, conforme Edital de Chamamento Público do serviço.
89 Explicou também, em outro questionamento, que optaram por contratar a cozinheira e a ajudante geral,
90 considerando que durante o tempo em que as mulheres acolhidas permanecem na casa, são propostas ações
91 para a ressignificação e reconstrução de suas vidas. Nesse período elas buscam formações profissionais, cursos
92 técnicos, um trabalho, local para moradia e assim não resta muito tempo para se dedicarem às tarefas da casa
93 de acolhida. Por fim, Juliana fez uma ponderação de que as mulheres participam duas vezes na semana da
94 organização da rotina da casa, porém elas não ficam exclusivamente por conta disso. A última entidade a ser
95 apresentada foi a **Fundação Espírita Judas Iscariotes – Serviço de Acolhimento Institucional para**
96 **Pessoas com Deficiência – Residência Inclusiva**, sendo a visita realizada pelas conselheiras Josiane e Sônia
97 que ponderaram como aspectos positivos: ambiente acolhedor e familiar; alguns usuários tem a autonomia
98 para realizar passeios externos e viagens utilizando seu próprio benefício; reuniões de equipe semanais;
99 trabalho humanizado; construção do PIA; convênio com a Unimed para urgência e emergência. Como
100 fragilidades citaram: cozinha externa com falta de cobertura para chegar ao espaço da mesma; a alimentação
101 não é preparada no local; falta de proteção para os botijões de gás; ausência de tanque na casa, considerando
102 que as roupas são lavadas em outro local. O conselheiro Clóves, também Presidente da Fundação, explicou
103 que eles possuem na sede da entidade, uma cozinha industrial e que a comida é feita lá e levada até a casa da
104 Residência Inclusiva, sendo transportadas em containers. Explicou também que possuem uma lavanderia,
105 também na sede, e que então duas vezes na semana essas roupas são levadas para serem higienizadas naquele
106 local, por uma questão de praticidade e economia. Os relatórios das visitas ficarão na Secretaria Executiva do
107 CMAS, disponíveis aos conselheiros. Finalizadas as apresentações o presidente passou ao outro assunto da
108 pauta, apresentando o Ofício Circular nº 547/2015 – SEDAS – que solicitava a indicação de 03 membros do
109 Conselho, representantes da sociedade civil para acompanhar o processo de avaliação dos Planos de
110 Trabalho do Chamamento Público. Dos conselheiros presentes, nenhum se manifestou favorável ao
111 acompanhamento, sem que pudessem participar ativamente na seleção e avaliação. Ficou deliberado que seria
112 enviado email convidando os conselheiros não presentes e caso nenhum se manifeste, seria encaminhado um
113 ofício ao Órgão Gestor explicando que da forma como foi colocada a participação do Conselho, não seria
114 aceita a indicação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas, e eu, Maria Amélia

115 Faciroli Vergara, secretária executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será
116 assinada por mim e anexada à lista de presença dos conselheiros participantes.